



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA  
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude  
[caopij@mpma.mp.br](mailto:caopij@mpma.mp.br)

## NOTA TÉCNICA Nº 05/2015 – CAOPIJ

**SUMÁRIO:** 1. Apresentação. 2. Justificativa. 3. Discussão 4. Conclusão. 5. Encaminhamentos

**EMENTA:** Análise da legalidade da exigência de prova de conhecimentos básicos como etapa do processo de escolha unificado para conselheiros tutelares, com caráter eliminatório, bem como alternativa para quando o número de candidatos habilitados for insuficiente para realização do certame.

### 1. APRESENTAÇÃO

Cuida-se de solicitação telefônica proveniente da Promotoria de Justiça de Estreito, Dra. Carla Tatiana Pereira de Jesus, expondo que naquele município foi prevista em lei municipal a realização de prova de conhecimentos básicos com caráter eliminatório, como etapa do processo de escolha unificado para conselheiros tutelares, no entanto, após a aplicação da mesma somente quatro candidatos foram aprovados e, portanto, estariam habilitados a concorrer à votação que se realizará em 04/10/2015, motivo pelo qual indagado qual procedimento deveria ser adotado nesse caso específico, a fim de garantir a lisura do certame.

### 2. JUSTIFICATIVA

Como órgão auxiliar, cabe ao Centro de Apoio subsidiar os órgãos de execução em suas atribuições, inclusive por meio de Notas Técnicas, SEM CARÁTER VINCULATIVO.

### 3. DISCUSSÃO

Para enfrentamento da demanda necessário se considerar as disposições do ECA, inclusive alterações promovidas pela Lei nº 12.696/2012, que dispõem sobre a matéria, bem como a Resolução 170 do CONANDA que regulamenta diversos parâmetros para a realização do processo de escolha unificada para conselheiros tutelares. Inicialmente, cabe destacar que o Estatuto estabelece requisitos gerais ao candidato a conselheiro tutelar, dispondo que:

*“ECA: Art. 133. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:*

*I - reconhecida idoneidade moral;*

*II - idade superior a vinte e um anos;*

*III - residir no município.”*

Nesse sentido estratifica a Resolução 170 do CONANDA, estabelecendo que:

*“Res. 170/CONANDA: Art. 7º Caberá ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência de no mínimo 06 (seis) meses, publicar o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as disposições*

**“2015 – Ano Internacional da Luz”**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA  
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude  
[caopij@mpma.mp.br](mailto:caopij@mpma.mp.br)

contidas na Lei nº 8.069, de 1990, e na legislação local referente ao Conselho Tutelar.

§1º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:  
a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei Municipal ou do Distrito Federal de criação dos Conselhos Tutelares;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§2º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069, de 1990, e pela legislação local correlata.” (grifo nosso)

Evidenciando que resguardada a autonomia municipal para prever requisitos adicionais que as condições locais exigirem quanto necessários, desde que havendo lastro legal, ou seja, previsão expressa na lei municipal, ficando o edital adstrito a essa prerrogativa, conforme se pode depreender dos grifos supra, entendimento que tem guarida no próprio ECA (ECA: art. 88, I; art. 134, art. 139).

#### 4. CONCLUSÃO

Latente que o ECA, corroborado pelo CONANDA, alçaram ao município a responsabilidade por legislar e ao CMDCA, atrelado à lei municipal correlata, a de conduzir o processo de escolha unificado para conselheiros tutelares (ECA: Art. 139), o que implica em dizer que o ECA trouxe parâmetros gerais no que tange os requisitos para admissão de candidatos durante tal processo, ficando a encargo da municipalidade estratificar as nuances da localidade e, respeitando esses limites, assumir outros requisitos. Logo, pode o edital do CMDCA prever a etapa de aplicação de prova de conhecimentos básicos como parte desse processo de escolha, admitindo o caráter eliminatório somente se houver previsão expressa no mesmo sentido na lei municipal, pois, ante tal omissão a prova poderá ser aplicada, mas somente a título consultivo à população, sendo que esse entendimento se corrobora na previsão contida no § 2º do Art. 7º da Resolução 170 do CONANDA.

Há de se considerar ainda, alternativamente, que as provas de conhecimento previstas em lei municipal como requisito para o processo de escolha para conselheiros tutelares devem observar, em sua elaboração e correção, adequação ao nível de escolaridade exigido para a função, sob pena de nulidade, ante a ofensa aos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da igualdade, podendo o CMDCA ou a Comissão Eleitoral exercer a autotutela e a autoexecutoriedade dessa decisão (Súmula 473/STF: “**a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de**

**“2015 – Ano Internacional da Luz”**”



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO  
PROCURADORIA DE JUSTIÇA  
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude  
[caopij@mpma.mp.br](mailto:caopij@mpma.mp.br)

*vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”), refazendo a prova com a devida adequação.*

Assim, uma vez que respaldada de legalidade a aplicação da prova de conhecimentos básicos, com caráter eliminatório, a mesma se equipara a qualquer outro requisito que deva ser comprovado, nesse caso cabendo à aprovação ou não do candidato, o critério para que o mesmo esteja habilitado a participar da votação que se seguirá. Assim como os demais requisitos de caráter eliminatório, a aplicação da prova em questão poderá gerar a insuficiência de candidatos adequadamente habilitados, já que o Conselho Tutelar, dado seu caráter colegiado, necessita em sua composição de cinco membros titulares, além dos suplentes (ECA: Art. 132 c/c Res. 170/CONANDA: Art. 6º e 7º, 'e').

Assim, no caso de não existirem suficientemente candidatos habilitados, ou seja, que já tenham preenchido todos os requisitos exigidos para participar do certame, resta configurado o permissivo de se reabrir o prazo para inscrição de novos candidatos, conforme disposto na Resolução 170 do CONANDA “Art. 13. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados. §1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.; §2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.”.

## 5. ENCAMINHAMENTOS

1. Envie-se, por e-mail, ao órgão ministerial consulente.
2. Imprima-se e archive-se.
3. Divulgue-se no site da PGJ/MA e pelo CAOp/IJ Informa.

São Luís/MA, 09 de julho de 2015

**Márcio Thadeu Silva Marques**  
COORDENADOR DO CAOPIJ

**Carla Costa Pinto**  
ASSESSORA JURÍDICA DO CAOPIJ  
MATRÍCULA 1070942

---

**“2015 – Ano Internacional da Luz”**